



## Endividamento e a *Consolidación de Vales Reales*: a derrocada do Vice-Reino da Nova Espanha

Thomaz de Campos Freire dos Santos<sup>1</sup>

A transição do período colonial para o sistema republicano no México foi muito conturbada e se deu em um processo longo e de muitos conflitos. Dito isso, é fundamental que se compreenda as motivações iniciais desses levantes e principalmente, o que busco no trabalho, as questões econômicas que provocaram a derrocada do Vice-Reino da Nova Espanha. Sob esse contexto, pretendo analisar a historiografia acerca do aprofundamento dessa crise e a partir disso comentar os trabalhos sobre os impactos da *Consolidación de Vales Reales*<sup>2</sup> no agravamento da tensão social além da ineficácia sobre o déficit fiscal que emergia no Vice-Reino.

O primeiro ponto que pretendo trabalhar é como durante o Vice-reino da Nova Espanha existia ao menos uma organização fiscal e tributária a qual gerava um superávit. Essa estrutura econômica que incluía uma forte fiscalização dos recolhedores de impostos e um esquema trilateral<sup>3</sup> no qual se incluía uma distribuição de impostos nas diversas regiões da colônia espanhola e a metrópole foi bem-sucedida até o final do século XVIII, a partir de onde buscarei analisar esse processo de desmembramento dessa configuração tributária. É essencial que se compreenda que existia uma certa autonomia das regiões da Nova Espanha no recolhimento de impostos, contudo existia uma esquematização no pagamento das dívidas, onde regiões com superávit cobriam as despesas de outras regiões que tinham pouco ou não tinham um rendimento fiscal positivo. Sendo assim, não podemos analisar o Vice-Reino como um governo autônomo, mas como parte integrante de uma estrutura fiscal colonial. Essa estrutura tem sucesso e se estabelece dentro da Nova Espanha, contudo o que vai começar a gerar prejuízos e desequilíbrio das contas ao

---

<sup>1</sup> Graduando em História pela UFF

<sup>2</sup> Sugawara, Masae, *La deuda pública de España y la economía novohispana*, México, colección científica INAH, núm. 28, 1976.

<sup>3</sup> Uma análise mais profunda desse esquema trilateral se encontra em Marichal, Carlos, *La bancarrota del Virreinato: Nueva España, las finanzas del Imperio español, 1780-1810*, México, Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 1999



## EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

vice-reino é por essa demanda ir para além dos territórios do vice-reinado.<sup>4</sup> Portanto, observa-se que a necessidade do governo em cobrir as despesas da metrópole e das outras colônias espanholas, além de ter que lidar com as questões internas, provocou uma desregulação desse sistema fiscal. Sob essa perspectiva, compreendo que a Nova Espanha foi uma grande fonte de sustentação para a Espanha, cobrindo gastos da própria metrópole e os das outras colônias espanholas situadas na América, contudo essa sobrecarga nas contas provocou um processo iminente de crise.

A partir da ótica dessa interligação entre regiões que existia em Nova Espanha e toda estrutura colonial na qual se fazia parte, acredito que seja fundamental também expor como se dava a dinâmica dos gastos contábeis. Entre 1795 e 1799 as despesas com os salários de militares representavam cerca de 17% sobre o que se recolhia de impostos, enquanto os custos externos cobriam em volta de 44% das contas públicas.<sup>5</sup> Nesse sentido, entende-se que, como defende Castañeda García (2014)<sup>6</sup>, os diversos privilégios militares tiveram um grande impacto nas contas públicas e isso se intensifica mais ainda com a transição para o século XIX, período em que houve maior tensão política devido a instabilidade econômica, que produziram uma série de levantes visando a independência, em que Jáuregui (1997) expõe como ocorreu um processo de militarização da administração pública e uma desarticulação administrativa.<sup>7</sup> Essa despesa militar era representada principalmente pelos gastos com altos salários, equipamentos e pensões. A influência dos militares nas finanças também tiveram significativa influência devido às grandes isenções fiscais.<sup>8</sup> Isto posto, a partir dos dados pode se considerar também que a principal demanda as contas públicas da Nova Espanha foram com os custos externos, ou seja, com a metrópole e suas outras colônias ou *situados*.<sup>9</sup> As chamadas *cargas ultramarinas* eram a grande demanda

<sup>4</sup> Carrera Stampa, M. *La organización social de la Nueva España*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

<sup>5</sup> *Memoria instructiva y documentada del estado comparativo de los productos de la Real Hacienda desde el año de 1809* [México, 1813], ms. 1282, México, Biblioteca Nacional

<sup>6</sup> Castañeda, Rafael García. Hacia una sociología fiscal. El tributo de la población de color libre de la Nueva España, 1770-1810. *Rev. Fronteras de la Historia*. Vol. 19, Ed. N.º 1. pp. 152-173, 2014.

<sup>7</sup> Esse processo gerou um grande enfraquecimento institucional para o Vice-Reino da Nova Espanha, provocando uma desorganização no recolhimento de impostos e um distanciamento institucional com as províncias, por exemplo, ver em Jáuregui, Luis, Los problemas de la administración fiscal en los últimos años de la Nueva España, 1810-1821. *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, vol. 15, no. 1, 1997, pp. 45-72.

<sup>8</sup> Para uma análise mais profunda sobre os impactos dos privilégios militares nas finanças ver Arnold, Linda. *Bureaucracy and Bureaucrats in Mexico City, 1742-1835*. Tucson: University of Arizona Press, 1988.

<sup>9</sup> Marichal, Carlos. *Una difícil transición fiscal: del régimen colonial al México independiente, 1750-1850*. In: García Peña, Ana Lidia; Gomez, Mónica; Castañeda, Jorge; Sanchez Rodríguez, Martín; Miranda Pacheco, Sergio; RHI Sausi Garavito, María José (Org.). *De colonia a nación: impuestos y política en México, 1750-1860*. México: Instituto Mora, 2001, p. 23-45.



## EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

financeira da Nova Espanha, estas que tinham como função sustentar os custos de guerra da Espanha e complementar as finanças das colônias deficitárias. Opapel, por exemplo do porto de Acapulco e a estreita relação comercial que estabeleceu com as Filipinas<sup>10</sup> são uma evidência dessa estrutura econômica colonial. Sobre esse aspecto Marichal relata que ao fim do século XVIII “*las demandas externas se incrementaron con tal rapidez que, de acuerdo con las cuentas consolidadas del tesoro, los egresos fueron sobrepasando a los ingresos ordinarios.*” (Marichal, 2001, p.37). Neste ponto fica exposto como o processo de endividamento acelerado da metrópole, com o advento de novas guerras, junto à dependência financeira de alguns *situados*, como o Caribe<sup>11</sup> provocou um sobrecarregamento do Vice-Reino da Nova Espanha, culminando em uma acelerada deterioração das contas públicas.<sup>12</sup> Isso se deve em grande parte aos inúmeros conflitos na qual a Espanha esteve envolvida, que vão de conflitos com a Inglaterra até a França napoleônica, provocando uma grande quantidade de gastos militares, o que consequentemente afetou toda a estrutura fiscal colonial na qual o Vice-Reino estava inserido.<sup>13</sup> Além disso, as guerras proporcionaram dívidas que eram outra grande dificuldade fiscal, um caso a ser citado é o acordo para o pagamento em 1803 de um subsídio à França napoleônica (Wobeser, 2003, p.27-28). Sobre esta questão, Marichal (2001, p.39) exprime inclusive como as rendas obtidas sobre as Igrejas pela *Consolidación de Vales Reales* foram enviadas à França entre 1806 e 1808 visando ao cumprimento deste tratado. A partir dos dados e desse contexto se entende como a Nova Espanha exerceu um papel fundamental para a manutenção das finanças espanholas e de suas colônias.

Nesse contexto foi necessária a criação de ações, em busca de recursos para equilibrar a balança frente às custosas despesas, como os chamados *donativos* e os empréstimos voluntários, contudo neste trabalho pretendo analisar uma destas que foi a *Consolidación de Vales Reales*. Esta foi uma medida radical visando aumentar a arrecadação imposta em 1804 na Nova Espanha. Inicialmente é necessário que se deixe claro o que eram os vales, estes

---

<sup>10</sup> Para uma análise aprofundada sobre a relação comercial do porto de Acapulco ver Souto Mantecón, Matilde. *El comercio de Acapulco, 1778-1821: La vida de un puerto mexicano durante las últimas décadas del periodo colonial*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

<sup>11</sup> Brading, David. *Miners and Merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

<sup>12</sup> “*El financiamiento de las guerras coloniales españolas: Nueva España y Río de la Plata durante el siglo XVIII*”. In *Dinero, poder y sociedad en el Perú antiguo y colonial*, edited by Rafael Dobado González and Alfredo Moreno Cebrián, Universidad de Castilla-La Mancha, 1995, pp. 123-145.

<sup>13</sup> The Spanish Empire and Its Legacy: Fiscal Re-distribution and Political Conflict in Colonial and Post-Colonial Spanish America’. *Journal of Global History*, vol. 1, no. 2, 2006, pp. 241-267.



## EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

eram títulos da dívida do governo que eram comprados por indivíduos, principalmente comerciantes, que correspondia a uma comissão de 10% e juros de 4% ao ano.<sup>14</sup> Por seguinte, é importante que se compreenda que esta não foi uma medida inovadora direcionada ao Vice-Reino, os vales reais foram usados inicialmente em 1780 por Carlos III com intuito de arrecadar fundos para a guerra da Espanha frente a Inglaterra.<sup>15</sup> Esses vales surgiram como uma medida temporária a fim de custear as despesas de guerra, tanto que os primeiros vales emitidos tinham validade de vinte anos, entretanto com o aprofundamento da crise e o envolvimento em outras guerras fez com que a Coroa tivesse que recorrer a novas emissões com o decorrer dos anos.<sup>16</sup> Sendo assim, pode-se considerar como os vales reais se tornaram uma moeda na economia espanhola, tendo assim um papel central para o funcionamento da sua estrutura financeira.<sup>17</sup> Sob esse contexto, fica evidente como a Nova Espanha é apenas um membro de toda uma estrutura econômica colonial que é coordenada pela Coroa, nesse sentido emerge a crítica ao conceito de “Estado Colonial”<sup>18</sup> visto que não existia autonomia suficiente para a Nova Espanha ser considerada um governo, acredito que o termo “*submetrópoli fiscal*”, o qual Marichal (2001, p.41) define, seja o mais adequado para definir o Vice-Reino.

Diante desse entendimento do que eram os vales reais e seu papel na economia da Coroa espanhola, me aprofundarei em como se deu a *Consolidación de Vales Reales* na Nova Espanha. Essa medida pode ser considerada uma espécie de empréstimo forçado, em que se vendiam bens das Igrejas, saúde e educação, enquanto esses recursos iam custear as despesas da Coroa e as instituições recebiam vales reais em troca, ou seja, os títulos da dívida. Foi uma decisão controversa principalmente por atacar o clero<sup>19</sup>, o que gerou um impacto extremamente negativo ao Vice-Reino da Nova Espanha. O ponto crucial para o trabalho é

<sup>14</sup> Wobeser, Gisela von. Dominación colonial: *La consolidación de vales reales en Nueva España*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

<sup>15</sup> Wobeser, Gisela von. *La Consolidación de Vales Reales como Factor Determinante de la Lucha de Independencia en México, 1804-1808*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

<sup>16</sup> Entre 1780 e 1800 tiveram cerca de seis emissões de vales com intuito principal de custear as guerras e tentar equilibrar as contas públicas. Fonte: Wobeser, Gisela von. Dominación colonial: *La consolidación de vales reales en Nueva España*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

<sup>17</sup> Os vales passaram a fazer parte do comércio e de pequenas transações na Espanha, apenas não podiam ser utilizados para o pagamento de salários. Fonte: Wobeser, Gisela von. Dominación colonial: *La consolidación de vales reales en Nueva España*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

<sup>18</sup> Para uma crítica mais aprofundada sobre este conceito ver Malamud, Carlos, “*Acerca del concepto de “Estado colonial” en la América Hispánica*”, em Revista de Occidente, núm. 116, 1991, pp. 116-127.

<sup>19</sup> A ideia de uma maior retenção de bens da Igreja já circulava bem na Europa, sendo inclusive uma medida utilizada pela França para controlar a dívida, porém na América ela acabou agravando a crise política, visto que os habitantes da Nova Espanha viam suas riquezas sendo extraídas sem retorno algum.



## EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

como o fator essencial para a derrocada do Vice-Reino da Nova Espanha foi econômico e não meramente político. O sentimento de injustiça provocado pela *Consolidación de Vales Reales* culminou numa série de levantes que em seu estopim chegaram à independência daquele território.

### Referências

- BRADING, David. *Miners and Merchants in Bourbon Mexico, 1763-1810*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.
- CARRERA STAMPA, M. *La organización social de la Nueva España*. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.
- CASTAÑEDA GARCÍA, Rafael. Hacia una sociología fiscal. El tributo de la población de color libre de la Nueva España, 1770-1810. *Rev. Fronteras de la Historia*. Vol. 19, Ed. N.º 1. pp. 152-173, 2014.
- JÁUREGUI, Luis. "Los problemas de la administración fiscal en los últimos años de la Nueva España, 1810-1821." *Revista de Historia Económica - Journal of Iberian and Latin American Economic History*, vol. 15, no. 1, 1997, pp. 45-72.
- KLEIN, Herbert S. "La economía de la Nueva España, 1680-1809: Un análisis a partir de las cajas reales." *Historia Mexicana*, vol. 34, núm. 136, 1985, pp. 561-609.
- MALAMUD, Carlos. "Acerca del concepto de 'Estado colonial' en la América Hispana." *Revista de Occidente*, núm. 116, 1991, pp. 116-127.
- MALAMUD, Carlos. "Acerca del concepto de 'Estado colonial' en la América Hispana." *Revista de Occidente*, núm. 116, 1991, pp. 116-127.
- MARICHAL, Carlos. *Una difícil transición fiscal: del régimen colonial al México independiente, 1750-1850*. In: GARCÍA PEÑA, Ana Lidia; GOMEZ, Mónica; CASTAÑEDA, Jorge; SANCHEZ RODRÍGUEZ, Martín; MIRANDA PACHECO, Sergio; RHI SAUSI GARAVITO, María José (Org.). *De colonia a nación: impuestos y política en México, 1750-1860*. México: Instituto Mora, 2001. p. 23-45.
- MARICHAL, Carlos. *La bancarrota del Virreinato: Nueva España, las finanzas del Imperio español, 1780-1810*. México: Fondo de Cultura Económica/El Colegio de México, 1999.
- RHI SAUSI GARAVITO, María José. El deber fiscal durante la regencia y el segundo imperio: contribuciones y contribuyentes en la Ciudad de México. In: GARCÍA PEÑA, Ana Lidia; GOMEZ, Mónica; CASTAÑEDA, Jorge; SANCHEZ RODRÍGUEZ, Martín; MIRANDA PACHECO, Sergio; RHI SAUSI GARAVITO, María José (Org.). *De colonia a nación: impuestos y política en México, 1750-1860*. México: Instituto Mora, 2001. p. 123-145.
- SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest. La transición del Erario de Nueva España a la Hacienda Pública Mexicana (1795 - 1835): continuidades y cambios en el cuadro de rentas. In: *Fiscalidad, siglos XVII-XX: transiciones, diseños administrativos y jurídicos*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011. p. 123-145.
- SÁNCHEZ SANTIRÓ, Ernest. *Fiscalidad, administración y territorio: la renta de alcabalas en el tránsito de la Colonia a la Independencia (1754-1838)*. In: GONZÁLEZ, María del Carmen (Org.). *Fiscalidad, siglos XVII-XX: transiciones, diseños administrativos y jurídicos*. Madrid: Casa de Velázquez, 2011. p. 67-95.



## EM MEMÓRIA DA AMÉRICA LATINA

SOUTO MANTECÓN, Matilde. *El comercio de Acapulco, 1778-1821: La vida de un puerto mexicano durante las últimas décadas del periodo colonial*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1999.

SUGAWARA, Masae. *La deuda pública de España y la economía novohispana*. México: Colección científica INAH, núm 28, 1976.

WOBESER, Gisela von. *Dominación colonial: La consolidación de vales reales en Nueva España*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2003.

WOBESER, Gisela von. *La Consolidación de Vales Reales como Factor Determinante de la Lucha de Independencia en México, 1804-1808*. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1994.

**Como citar:** SANTOS, Thomaz de Campos Freire dos. Endividamento e a Consolidação de Vales Reales: a derrocada do Vice-Reino da Nova Espanha. 2025. Disponível em: <https://lppe.uerj.br/emmemoriadaamericalatina>. Acesso em: 06 mai. 2025.